

SUS: assistência farmacêutica, ainda, **não** se organizou

■ DIRETORES DO CFF APELAM AO MINISTRO DA SAÚDE PARA QUE CRIE MEIOS PARA FORTALECER A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.



Ministro da Saúde, Alexandre Padilha (centro), e diretores do CFF

Diretores do Conselho Federal de Farmácia (CFF) manifestaram ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a preocupação dos farmacêuticos brasileiros com a estagnação - e, sob alguns aspectos, com o retrocesso - das políticas públicas de assistência farmacêutica. No dia 15 de fevereiro de 2011, os diretores do CFF Jaldo de Souza Santos (Presidente), Walter Jorge João (Vice-Presidente), Lérica Vieira (Secretária-Geral) e Edson Taki (Tesoureiro) reuniram-se com Padilha, a convite do próprio Ministro, que queria ouvi-los sobre questões relacionadas à Farmácia. Na ocasião, os dirigentes do Conselho entregaram ao Ministro um documento em que pedem alterações nas Portarias GM/MS 2841/10 e GM/MS 1020/09.

O diagnóstico da assistência farmacêutica que os dire-

tores do CFF apresentaram ao Ministro Alexandre Padilha não é muito animador. Eles relataram que o setor, embora receba recursos satisfatórios e cada vez mais crescentes para a compra de medicamentos, continua apresentando os mesmos problemas de falta de gestão e organização.

NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO - "Significa dizer que não adianta investir na compra e na distribuição de medicamentos a todos os Municípios, se o setor de assistência farmacêutica não passar por um profundo processo de organização e qualificação, tendo a frente o farmacêutico", declarou à revista PHARMACIA BRASILEIRA o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos.

Ao Ministro da Saúde, Souza Santos disse que o CFF está à disposição do Órgão, para colaborar na formulação

de políticas públicas de assistência farmacêutica. Enfatizou que a falta de organização nessa área gera agravos de saúde para os pacientes e prejuízos financeiros ao SUS (Sistema Único de Saúde).

A Diretora Secretária-Geral do CFF, Lérida Vieira, que representa o Órgão junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), insistiu junto a Alexandre Padilha sobre a urgência de o Ministério da Saúde promover reformas em diversos componentes da assistência farmacêutica. “Todo o ciclo da assistência passa por dificuldades, devido à falta de gestão e de organização”, denunciou a dirigente do CFF.

Lérida Vieira citou que medicamentos continuam sendo adquiridos sem nenhum planejamento por grande parte dos Municípios. “A aquisição, muitas vezes, é feita junto às drogarias locais. Mas o Ministério da Saúde informa os preços máximos dos produtos indicados para o serviço público, de acordo com recomendações da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), do Ministério da Fazenda. E mais: adquirem-se esses produtos, sem se seguir o mapeamento epidemiológico do lugar, pois este não é realizado”, lamentou a Diretora.

ORIGEM É FALTA DO FARMACÊUTICO - Lérida Vieira ressaltou que a ausência de programação na aquisição do medicamento leva a enormes prejuízos, vez que os produtos poderiam ser comprados a preços muito menores e com muito mais segurança, além de ser dispensados de forma racional e com adesão do paciente ao tratamento, situações que otimizam a dispensação e minimizam custos. “Se tudo isso não acontece, a raiz dos problemas está exatamente na falta do farmacêutico no serviço público. Somente ele é capaz de fazer o mapeamento epidemiológico e proceder a programação, de forma científica e protocolar”, acrescentou.

Ela descreveu ao Ministro Alexandre Padilha a situação em que se encontra a assistência, em muitos Municípios. “Muitas Prefeituras armazenam medicamentos usados no sistema público em porões, com temperaturas muito elevadas. Essa situação pode alterar o princípio ativo dos produtos, inativando-os”, denunciou. “Só os farmacêuticos podem alterar esse estado de coisas”, enfatizou Lérida Vieira.

Em outros Municípios, os medicamentos, segundo a dirigente do CFF, encontram-se nos gabinetes dos prefeitos, que fazem deles uma moeda de troca por votos. Nessas condições, os medicamentos perdem a sua função maior de ser um bem social a serviço da recuperação e manutenção da saúde. A Secretária-Geral do CFF reforçou junto a Alexandre Padilha que se o Governo Federal não criar incentivos para os Municípios, a organização da assistência farmacêutica não sairá do papel.

PORTARIAS - Os Diretores do CFF solicitaram ao Ministro Alexandre Padilha que promova alterações em duas Portarias ministeriais. São elas a GM/MS 2841/10 e a GM/MS 1020/09.

A GM/MS 2841, de 20 de setembro de 2010, cria o

Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPS) no SUS. Entretanto, não contempla os serviços farmacêuticos. O CFF pediu que da equipe mínima de recursos humanos que compõe o Centro faça parte o farmacêutico. “Uma política psicossocial não pode desconsiderar os serviços farmacêuticos, mesmo porque, no Centro, serão dispensados medicamentos controlados”, alerta o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos.

Souza Santos lembra que a Portaria 344/98, da Anvisa, que trata do controle de psicotrópicos, determina que esse controle seja de responsabilidade do farmacêutico. “O farmacêutico é quem pode realizar a dispensação, ato em que ele orienta o paciente quanto ao uso correto – e racional – do medicamento”, reforçou.

No documento entregue ao Ministro, o CFF cita os serviços que os farmacêuticos poderão prestar, nos CAPs. Entre eles, estão:

- Auxiliar nas ações de educação em saúde, realizando atividades em conjunto com os demais profissionais de saúde;
- Promover o uso racional dos medicamentos, por meio de ações educativas para prescritores, gestores, equipe multiprofissional e usuários;
- Divulgar e incentivar a notificação de ocorrências referentes a Problemas Relacionados a Medicamentos (reações adversas e queixas técnicas) e encaminhá-las às instâncias competentes;
- Atender e supervisionar o cumprimento das Boas Práticas de Recebimento e de Armazenamento de Medicamentos, de modo a manter a qualidade e eficácia dos mesmos;
- Desenvolver trabalho de orientação ao usuário, com relação à importância da adesão ao tratamento farmacológico, enfatizando aspectos, como posologias, precauções, contra-indicações e reações adversas.

A outra Portaria para a qual o CFF chamou a atenção do Ministro Padilha é a GM/MS 1020/09, de 13 de maio de 2009. Ela estabelece as diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes regionais de atenção integral às urgências.

Na proposta entregue a Padilha, o CFF pede que, também, sejam inseridos na estrutura das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs os serviços de assistência farmacêutica e laboratoriais (análises clínicas). Lérida Vieira resalta que serviços de urgência não podem prescindir dos exames laboratoriais.

Dois dias após a reunião, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em pronunciamento, no Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão do qual é o novo Presidente, reverberou os apelos dos diretores do CFF. Padilha declarou que o CNS precisa, com urgência, rever a política de assistência farmacêutica para o Brasil.